

CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE MIRANDELA

ATA N.º 4/2024

Ao **décimo oitavo dia do mês de novembro de 2024**, pelas 14 horas e 30 minutos, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela, com a presença dos seguintes elementos:

- *Júlia Rodrigues*, Presidente da Câmara Municipal;
- *Cristina Passas*, representante da Associação Comercial e Industrial de Mirandela (apresentou justificação da ausência);
- *Ludovina Rocha*, em representação da Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente – DESTEQUE;
- *Francisco Ribeiro*, em representação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P. – Agricultura – CCDRN – Agricultura;
- *Emanuel Batista*, representante da AOTAD – Associação dos Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- *Francisco Pavão*, representante da APPITAD – Associação de Produtores em Proteção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro e Secretário da Mesa do Conselho;
- *Susana Batista*, representante do Centro de Gestão Agrícola da Terra Viva;
- *Beatriz Pilão Garcia*, representante do Centro de Gestão da Empresa Agrícola Vale do Tua;
- *Ana Novais*, representante da Tradição e Qualidade Associação Interprofissional para os Produtores Agro-Alimentares de Trás-os-Montes;
- *João Reis*, representante da Associação dos Criadores Gado – ACRIGA;
- *Cândida Santos*, representante da Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra da Terra Quente;
- *António Neves*, representante da ANCRAS – Associação Nacional de Caprinicultores de Raça Serrana e Secretário da Mesa do Conselho;
- *Basílio José Rocha Martins*, representante da Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Raça Churra Badana;
- *Marta Ferreira*, representante da Aflodounorte – Associação Florestal do Vale do Douro Norte;
- *Bruno Ricardo*, em representação da Cooperativa dos Produtores de Mel da Terra Quente e Frutos Secos e da Associação de Apicultores do Nordeste – FNAP;
- *Leandro Garcia*, em representação da Comissão Vitivinícola Regional de Trás-os-Montes;
- *João Ribeiro*, representante da FACIRC – Federação das Associações de Caçadores da 1.ª Região Cinegética;
- *Fernando Pintor*, em representação da CAPRISSERRA – Cooperativa de Produtores de Cabrito da Raça Serrana, CRL., da LEICRAS - Cooperativa de Produtores de Leite de Cabra Serrana;
- *Hernâni Moutinho*, representante do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS/PP);
- *Jorge Humberto Fernandes*, representante da Coligação Democrática Unitária (CDU);
- *Rita Messias*, representante do Partido Socialista (PS);
- *Carlos Carvalho*, representante do Partido Social Democrata (PSD);
- *Agostinho Beça*, representante da Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola;
- *Maria Gouveia*, Coordenadora do Serviço Municipal de Proteção Civil;



E as ausências de:

- *Marcelino José Matias Martins*, representante da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais – EPA;
- *António Cosme*, representante do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas I.P. (apresentou justificação da ausência);
- *Arlindo Almeida*, representante do Instituto Politécnico de Bragança (apresentou justificação da ausência);
- *Ana Paula Silva*, representante da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- *José Vieira*, representante da Cooperativa Agrícola de Valpaços;
- *Luís Cardoso*, representante da Cooperativa de Olivicultores de Valpaços;
- *Paulo Xavier Rodrigues*, representante da Silvidouro – Associação Agro-Florestal;
- *Alcides Santos*, representante da Adega Cooperativa do Rabaçal;
- *Pedro Vinagre*, representante da Adega Cooperativa de Valpaços;
- *Isabel Pires*, em representação de *Débora Lopes*, representante da ADAN – Associação de Defesa Animal do Nordeste;
- *José Carlos Teixeira*, representante do Grupo Municipal dos Independentes;
- *Nuno Nogueira*, Presidente de Junta da Freguesia de Torre de Dona Chama, representante dos Presidentes de Junta de Freguesia;
- *Gualter Ferreira*, representante dos Serviços Municipais com competências na área do ambiente (Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais da Câmara Municipal);
- *Liliana Pinto*, representante do Serviço Municipal de Veterinária (apresentou justificação da ausência)

Outras presenças:

- *Eurico Carrapatoso*, Adjunto da Sr.^a Presidente (Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal);
- *Cidália Pinto*, Técnica do Gabinete Técnico Florestal.

Presidiu aos trabalhos a **Sr.^a Presidente**, abrindo a reunião, dando as boas-vindas e agradecendo a presença de todos. Após verificar a presença de quórum deu início à reunião.

Comunicou que as Técnicas *Joana Guerra e Carina Fernandes*, do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, iriam estar presentes na reunião para secretariar e prestar apoio ao Conselho, bem como o Dr. *Eurico Carrapatoso*, Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência.

Solicitou autorização para gravação da reunião de modo a facilitar a elaboração da Ata, ao que nenhum dos Conselheiros se opôs.

Após esta introdução, a **Sra. Presidente** iniciou a Ordem de Trabalhos com o **Ponto 1 - Período de Intervenção do Público**, (conforme o n.º 5 do artigo 12.º), informou que em todas as reuniões do Conselho Municipal de Agricultura há um período aberto ao público, que não poderá exceder 30 minutos, salvo por deliberação do Conselho, sendo esta reunião divulgada por Edital, como habitualmente, para informação sobre a realização da mesma.

Dada a ausência do público, passou de imediato ao ponto seguinte: **Ponto 2 - Período Antes da Ordem do Dia**, (conforme o n.º 2 do artigo 12.º)¹. Mais informou que este período não poderá exceder sessenta minutos e destina-se à discussão e análise de quaisquer assuntos pertinentes às funções do Conselho e que não estejam incluídos na Ordem do Dia. Destacou episódios recentes relacionados com ataques de canídeos a rebanhos de pequenos ruminantes, ocorridos na cidade de Mirandela e na aldeia de Vale de Gouvinhas. Informou que, após alerta dos proprietários, o Serviço Municipal de Veterinária procedeu à colocação de gaiolas/armadilhas para captura dos animais errantes. Até 15 de novembro foram capturados cinco canídeos adultos nas imediações de Mirandela e três em Vale de Gouvinhas, os quais foram encaminhados para o Canil Intermunicipal da Terra Quente Transmontana - Centro de Recolha Oficial Cantinho do Animal, não tendo sido possível identificar proprietários por ausência de *chip* nos canídeos. Acrescentou que o Serviço Municipal de Veterinária mantém a

¹ Do Regulamento do Conselho Municipal de Agricultura de Mirandela

monitorização e continuará a proceder à captura dos animais em falta. Por fim, questionou se algum dos conselheiros pretendia intervir relativamente ao tema da sanidade animal.

Emanuel Batista, representante da AOTAD – Associação dos Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro e da ACRIGA – Associação dos Criadores de Gado, alertou para um ataque ocorrido na Rua de Oliveirinha, envolvendo o criador *Francisco Manuel Dias*, no qual três ovelhas foram mortas e duas ficaram desaparecidas. Referiu que, pelas características das lesões, se trataria de ataque de cães.

A **Sra. Presidente** esclareceu que, nestas situações, compete aos proprietários contactar a Polícia ou a GNR, bem como um Veterinário para a realização da autópsia do animal. Informou ainda que não existia registo desta ocorrência nos serviços municipais, comprometendo-se a confirmar junto da PSP, que habitualmente comunica estas situações à Câmara e aos serviços veterinários.

De seguida, destacou, no âmbito da sanidade animal, a necessidade de acompanhamento da doença hemorrágica epizootica e da febre catarral (língua azul), já abordada em reunião anterior. Informou que, em articulação com o Agrupamento de Defesa Sanitária, está previsto o desenvolvimento de ações de sensibilização junto dos produtores pecuários, a partir de fevereiro do próximo ano, bem como a possibilidade de apoio à desinfestação de estábulos. Comunicou também que a Direção Geral de Alimentação e Veterinária disponibiliza um modelo de notificação de suspeitas destas doenças por exploração, devendo ser utilizado para facilitar a recolha de dados e posterior pedido de ajuda junto da Comissão Europeia.

Francisco Pavão, representante da APPITAD – Associação de Produtores em Proteção Integrada de Trás-os-Montes e Alto Douro e Secretário da Mesa do Conselho, tomou a palavra e sublinhou a importância de todos os casos serem reportados de imediato às autoridades, mesmo que isso implique medidas de sequestro, defendendo que o risco de propagação da doença seria muito mais grave. Acrescentou que, apesar de ainda não haver registo na região, já existiam casos na Guarda e que, previsivelmente, na primavera seguinte a doença se manifestaria também localmente.

António Neves, representante da ANCRAS – Associação Nacional de Caprinicultores de Raça Serrana e Secretário da Mesa do Conselho, tomou a palavra e sugeriu que tendo em conta a existência de várias Organizações de Produtores Pecuários (OPP's) na região, seria importante articular com todos os médicos veterinários responsáveis, dado que cada um possui o registo das explorações sob sua alçada.

A **Sra. Presidente** questionou sobre a abrangência da sanidade oficial das explorações pecuárias, referindo que, embora a maioria esteja abrangida, poderiam existir casos não integrados.

João Reis, representante da Associação dos Criadores Gado – ACRIGA, informou que, tanto quanto tinha conhecimento, todas as explorações estavam a ser abrangidas, excetuando eventuais novos casos, garantindo uma cobertura entre 99% e 100%.

A **Sra. Presidente** salientou a possibilidade de promover ações de desinfestação nas explorações.

João Reis confirmou a importância desta prática, sublinhando que o agrupamento tem vindo a recomendar a desinfestação como único meio eficaz de prevenção da Doença Hemorrágica Epizootica (DHE), sobretudo através da limpeza de estrumes e chorumes, evitando o desenvolvimento do vetor transmissor. Explicou que, desde os primeiros surtos registados na região transfronteiriça há dois anos, a doença tem evoluído de forma mais moderada, com menor mortalidade e sintomatologia, conferindo alguma imunidade aos animais. Referiu ainda que, embora já exista vacina, a sua administração deverá ocorrer apenas no início do próximo ano, de modo a garantir eficácia com o reaparecimento do mosquito.

Acrescentou que estas doenças, antes restritas a regiões tropicais, vieram para permanecer, exigindo um novo paradigma de prevenção e manejo pecuário. Alertou igualmente para a gravidade da febre catarral (língua azul), sorótipo 3, cuja elevada mortalidade contrasta com os sorótipos 1 e 4, menos letais, mas atualmente financiados pela União Europeia. Defendeu a necessidade de financiamento para o sorótipo 3, salientando as dificuldades que recaem sobre os produtores, dada a multiplicidade de vacinas a administrar e os custos acrescidos.

A **Sra. Presidente** informou que estão previstas, para os meses de fevereiro ou março, duas ações de sensibilização dirigidas aos produtores, uma no Norte e outra no Sul do concelho, de forma a garantir maior abrangência.

António Neves, tomou a palavra para questionar que tendo em conta as temperaturas elevadas, não haveria risco de propagação rápida de casos na região?

João Reis esclareceu que o surto já se registava na Guarda há cerca de dois meses, mas que a propagação dependia da variação das temperaturas. Sublinhou a importância de medidas preventivas, nomeadamente manejo adequado, limpeza de estrumes, desinfestação e utilização de repelentes. Referiu ainda que existem armadilhas instaladas a cada 45 km para monitorização de mosquitos, geridas pela DGAV, mas considerou que o sistema de aviso poderia ser mais ágil e eficaz. Propôs que o

Conselho Municipal redigisse uma comunicação formal à DGAV e ao Ministério da Agricultura alertando para estas fragilidades no sistema de deteção e aviso.

Jorge Humberto Fernandes, representante da **Coligação Democrática Unitária (CDU)**, tomou a palavra para questionar quais eram as medidas preparatórias que estavam a ser tomadas pelo Ministério da Agricultura e pela DGAV relativamente à febre catarral (língua azul), sublinhando a necessidade de medidas profiláticas aplicáveis ao distrito e não apenas ao concelho.

João Reis explicou que, no âmbito da DGAV, estão em vigor medidas de vacinação obrigatória contra os sorótipos 1 e 4 da língua azul em pequenos ruminantes e bovinos, sendo a vacina fornecida pelo Estado, mas a sua administração suportada pelos produtores. Acrescentou que foram aplicadas restrições à movimentação animal entre zonas infetadas e não infetadas, mas que, há cerca de dez dias, todo o território nacional foi considerado infetado, eliminando as restrições, dado que a doença não se transmite entre animais, mas sim através do vetor. Relativamente ao sorótipo 3 da língua azul e à DHE, informou que a vacinação é voluntária, carece de registo nas plataformas oficiais e não é comparticipada, embora o Governo esteja a negociar apoio junto da União Europeia.

Jorge Humberto Fernandes solicitou esclarecimento adicional sobre a participação do Estado na vacinação obrigatória.

A **Sra. Presidente** reiterou que a vacinação contra os sorótipos 1 e 4 é totalmente disponibilizada pelo Estado, sendo o custo apenas relativo à aplicação. Questionou ainda sobre o plano de armadilhas para monitorização do vetor transmissor.

João Reis respondeu que existe um plano nacional, iniciado há cerca de quatro anos, sob responsabilidade da DGAV e em articulação com as OPP's, no âmbito da adaptação a novos desafios sanitários, uma vez que as doenças tradicionais como brucelose e tuberculose estão em fase final de erradicação. Referiu que, até ao momento, as armadilhas têm sido geridas exclusivamente pela DGAV, não existindo ainda integração direta das OPP's.

A **Sra. Presidente** deu seguimento ao ponto seguinte, relativo ao apoio financeiro à produção pecuária, informando que o município continua a receber candidaturas, procedendo à análise do cumprimento dos requisitos definidos no regulamento, sendo que os valores atribuídos em 2024 serão apresentados na próxima reunião. Recordou que o regulamento e formulário estão disponíveis no portal do município, apelando à colaboração das organizações de agricultores na divulgação e apoio aos interessados.

Relativamente às raças autóctones, a **Sra. Presidente** referiu a existência de uma manifestação de interesse dos municípios no sentido de desenvolver um regulamento específico, em articulação com oito associações de criadores da região, muitas de âmbito nacional. Cada município enviará à CIM-TTM os apoios atribuídos, estando o assunto em fase de preparação para posterior envio ao Ministério da Agricultura.

Apresentou ainda o levantamento relativo ao concelho de Mirandela, com os seguintes números:

- Suínos de raça Bísara: 2064 porcas e 4 criadores.
- Ovinos de raça Churra da Terra Quente: 1032 animais e 16 criadores.
- Ovinos de raça Churra Galega Bragançana Branca: 108 animais e 1 criador.
- Ovinos de raça Churra Galega Bragançana Preta: 258 animais e 6 criadores.
- Ovinos de raça Churra Baradana: 339 animais e 7 criadores.
- Caprinos da raça Serrana: 1039 animais; Raça Serrana Preta de Montesinho: 16 animais e 1 criador.
- Asininos: 10 animais e 5 criadores.

Sublinhou que, no concelho, não existem registos de bovinos da raça mirandesa.

Jorge Humberto Fernandes solicitou os dados apresentados relativamente às raças autóctones que fossem disponibilizados a todos os Conselheiros, pedindo ainda elementos referentes ao ano de 2020, anteriores à pandemia, para permitir uma leitura mais realista da evolução do efetivo pecuário no concelho. Defendeu a necessidade de medidas que evitem a perda total da certificação das raças autóctones, apontando para a urgência em reforçar e aumentar o número de efetivos.

A **Sra. Presidente** esclareceu que os dados apresentados provinham de documento da CIM-TTM, sendo necessário contactar diretamente as associações para obter números relativos aos últimos quatro anos.

Jorge Humberto Fernandes reforçou a importância de compreender as causas da diminuição do efetivo, de modo a adotar medidas eficazes, valorizando o setor primário pelo seu impacto económico, social e na diferenciação de produtos locais.

Refere ainda que a compostagem é um caminho a seguir, e que está a ser instalado na região um projeto com as larvas de mosca para a degradação do bagaço, incentivado pelo projeto InsectERA, com um investimento de 50 milhões de euros investidos em vários setores do País.

Na sua opinião, o caminho deve ser feito *em direção à valorização dos subprodutos*. Hoje em dia, *as extratoras já fazem repasse e retiram os caroços, têm mais dois negócios agregados*. Refere que existem no País várias extratoras muito evoluídas do ponto de vista técnico, onde nos podemos aproximar sem sentir qualquer tipo de cheiro. *Nem todo o cheiro é negativo. É negativo no odor mas penso que do ponto de vista de saúde humana, não será negativo*. Dá o exemplo do que acontece quando passamos na A1, onde sentimos o cheiro em Cacia, Vila Velha de Ródão, como se sente em Benlhevai, da produção de cogumelos.

Aproveita ainda para referir que a UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) e a empresa Águas do Norte (parceira tecnológica), estão a desenvolver um Projeto Piloto em Mirandela, referente à *utilização de águas residuais na rega*. Neste contexto, considera importante perceber qual a qualidade da água residual do concelho, com o objetivo da sua possível utilização em culturas.

A **Sr.ª Presidente** referiu que o que está em causa *não é somente o investimento da valorização das águas resultantes das ETAR mas também o que vamos pagar por essa água. Esse valor ainda não está decidido*.

Informou que cerca de 90% dos jardins da cidade de Mirandela estão a ser regados com água do rio, tendo sido reativados alguns reservatórios para o efeito. A utilização da água da ETAR de Mirandela implica o pagamento de um valor à empresa Águas do Norte, o que se revela *penoso para qualquer Município*, uma vez que o preço praticado ainda é muito elevado.

Francisco Pavão, tomou a palavra para sugerir que seja constituído um grupo de trabalho com os técnicos do Município de forma a perceber qual a capacidade das atividades agroindustriais do concelho e quais são os subprodutos gerados. Propôs a criação de um Manual de Licenciamento de Agroindústria do concelho de Mirandela, de forma a simplificar o licenciamento de um conjunto de instalações agroindustriais, associado à urgência na alteração do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Mirandela.

A **Sr.ª Presidente** informou que Câmara Municipal está disponível para agilizar procedimentos.

O Conselheiro **António Neves**, representante da ANCRAS – Associação Nacional de Caprinicultores de Raça Serrana, da CAPRISSERRA – Cooperativa de Produtores de Cabrito da Raça Serrana, CRL., da LEICRAS - Cooperativa de Produtores de Leite de Cabra Serrana e Secretário da Mesa do Conselho, pediu a palavra para dar nota que existe um problema na nova Unidade de Produção de Queijo da LEICRAS, que é o encaminhamento do soro. Neste momento, está a ser conduzido para explorações de porcos, com autorização da DGAV – Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, no entanto, este processo revela-se muito dispendioso.

Concluindo o assunto em referência, a **Sr.ª Presidente** propõe o agendamento de uma reunião com a DASO – Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais e com a DOMU – Divisão de Obras Municipais e Urbanismo, alertando que é necessário cumprir os requisitos legais de descargas.

De seguida passou a informar que *ainda sobre o tema da extinção da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) e a sua integração na CCDRN, I.P. que tem vindo a ser tratado neste Conselho e relativamente à tomada de posição quanto à anunciada reversão deste processo, informamos o seguinte:*

Conforme aqui deliberado, o documento da tomada de posição foi remetido às entidades competentes. Foi recebida a resposta da Comissão de Agricultura e Pescas da Assembleia da República, acusando simplesmente a receção e não se pronunciando sobre o assunto.

Do Grupo Parlamentar do CHEGA, foi recebido o documento “Projeto de Resolução n.º 171/XV/1.” | Recomenda ao Governo a reversão da decisão de extinção das direções Regionais de Agricultura” e remetido a todos os conselheiros.

Do Sr. Presidente da CCDRN Norte, I.P. foi recebido ofício, também remetido aos conselheiros.

Da pesquisa efetuada na página eletrónica da CCDRN, I.P., foi possível apurar que, desde janeiro de 2024 até ao momento, foram lançados procedimentos Concursais de recrutamento para 39 (trinta e nove) postos de trabalho de Técnicos Superiores para o Porto e 4 (quatro) para Braga e também 2 (dois) Assistentes Técnicos para o Porto e 1 (um) para Bragança.

Acrescenta ainda que esta situação dos recrutamentos para o litoral do País era já previsível e que, não querendo interferir diretamente com a gestão da CCDRN, I.P., não se verificou o cumprimento de uma recomendação da Assembleia da República, que apontava para que os novos recrutamentos fossem canalizados para o interior do País.

Após estas informações, a **Sr.ª Presidente** dá a palavra aos Senhores conselheiros para se poderem manifestar.

Francisco Pavão, relativamente à tomada de posição do Conselho no processo de reversão da extinção da **Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN)** e a sua integração na **CCDRN, I.P.**, lamenta profundamente que a Comissão Parlamentar de Agricultura não tenha *emitido qualquer sinal de esperança*, revelando desinteresse por esta matéria, limitando-se a receber um documento. Reitera que *aqueles que nos deviam apoiar não estão ao nosso lado*. Por outro lado, congratula-se pelo facto da **CCDRN, I.P.** ter respondido à tomada de posição.

Questiona ainda se o referido documento foi encaminhado para a **CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes**.

Agostinho Beça, informa que vai confirmar se o envio foi efetuado e sugere que o referido documento deverá ser enviado a todas as Comunidades Intermunicipais.

A **Sr.ª Presidente** concorda com o sugerido pelo conselheiro **Agostinho Beça**, relevando a importância do ponto de situação desde a integração da **DRAPN** na **CCDRN, I.P.**, nomeadamente, *o que aconteceu com os serviços, com os novos recrutamentos, qual a importância da agricultura para a CCDRN, I.P.*, de que forma esta situação contribuiu para assegurar os valores e princípios da coesão territorial.

Francisco Ribeiro, representante da **CCDR Norte – Agricultura – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P.**, deu nota de que no dia de hoje foi publicado, na Bolsa de Emprego Público, **BEP, mobilidades com candidaturas abertas para a CCDR Norte**, identificando para a região as categorias de 14 técnicos superiores, 12 Assistentes Técnicos e 7 Assistentes Operacionais.

Francisco Pavão, questiona se as referidas vagas são para a Região Norte ou para Trás-os-Montes.

Francisco Ribeiro, esclarece que no que se refere à Divisão de Trás-os-Montes, da qual é responsável, que engloba a **CIM-TTM, Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes** e a **Comunidade Intermunicipal de Alto Tâmega e Barroso**, estão disponíveis, *por mobilidade*, 3 vagas para Técnico Superior e 3 vagas para Assistente Técnico.

Hernâni Moutinho, tomou a palavra para dar nota que *salvaguardando a devida distância no tempo, relativamente à minha passagem pela Assembleia da República, onde integrei a Primeira Comissão de Direitos Liberdades e Garantias, tenho a percepção que era a única Comissão que funcionava, nenhuma das outras funcionava e limitavam-se, muitas vezes a receber os sindicatos, para os sindicatos também justificarem o não trabalharem*.

Relativamente às respostas recebidas sobre a da Tomada de Posição, refere que existem posições contrárias, identificando o Projeto de Resolução do Chega e a resposta da **CCDRN, I.P.**, da qual faz referência ao “*Considerando 3 – É nosso entendimento que esta integração promove a coesão territorial e o desenvolvimento regional.*” Na sua opinião, esta resposta *muito simpática, carece de alguns esclarecimentos, nomeadamente em que termos é que isso se consegue, em que medida é que este entendimento contribui para a aumentar ou não a coesão territorial e o desenvolvimento regional.*

Lembra que o Ofício da Tomada de Posição foi remetido aos Deputados eleitos pelo Distrito de Bragança, estranhando a falta de resposta e inércia dos mesmos. Cita Camilo Castelo Branco: *isto é a queda do anjo, os deputados vão para Lisboa e esquecem-se que são daqui.*

Recorda que, na altura em que foi deputado na Assembleia da República, à sexta-feira de manhã, *havia um debate exclusivamente sobre assuntos de cariz regional, hoje isso não existe*. Na sua opinião, *Trás-os-Montes continua a ser completamente ignorado*.

Finaliza deixando uma nota *de desagrado e de desencanto pela apatia e pela inércia dos deputados eleitos pelo Distrito de Bragança*.

O Conselheiro **António Neves**, tomou a palavra referindo que o interior necessita de medidas concretas. Informou que o setor pecuário esteve reunido, no início do mês de junho, com o Senhor Secretário de Estado da Agricultura, onde as propostas apresentadas foram bem acolhidas. No entanto, lamenta o facto de ainda nada ter sido feito. Reiterou a necessidade de apoio monetário efetivo pelo Governo, dando nota que nos últimos 3 anos perderam mais de dois mil caprinos e nos 10 últimos anos mais de dez mil animais. Deixa o aviso de que, se não forem tomadas medidas concretas para o setor, em pouco tempo não haverá produtores.

A **Sr.ª Presidente** informou o Conselho que foi dado conhecimento da Tomada de Posição ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Primeiro Ministro, Ministro da Agricultura e Pescas, Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Secretário de Estado da Agricultura, Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Presidente da **CCDR**, Presidentes de Câmaras e de Assembleias Municipais de Trás-os-Montes e Alto Douro, líderes dos grupos parlamentares da Assembleia da República, Comissão Parlamentar da Agricultura, Deputados da Assembleia da República eleitos pelos Distritos de Bragança, Guarda, Viseu e

Vila Real, Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia do concelho de Mirandela, Confederações e Associações do Setor, Comunicação Social, com divulgação no *site* oficial do Município e redes sociais.

Francisco Pavão, em referência ao que foi exposto pelo Conselheiro **Hernâni Moutinho**, acrescenta ainda os deputados eleitos pelos distritos de Guarda, Viseu e Vila Real, lamentando *a infeliz e nula representação para o qual foram eleitos, para defender a sua região e que nem se dignaram a responder nem ao Conselho nem ao Município.*

Corrobora com as palavras do Conselheiro **António Neves**, relativamente às preocupações do setor pecuário, deixando nota da importância do Conselho Municipal de Agricultura no debate sobre várias questões e sugerindo que se deva *escrever muito mais do que verbalizar.*

Informa que irá trazer ao Conselho, um documento referente à Lei da Casa do Douro, aprovada no passado mês de janeiro, pela *Legislatura anterior*, indicando que Mirandela apenas tem 2 produtores da Região Demarcada do Douro, embora a APPITAD tenha mais associados. Compara a referida Lei ao *Estado Novo e a Governos muito semelhantes da Venezuela e da Coreia do Norte, onde obriga a que haja uma Associação de inscrição obrigatória. Hoje em dia, isto não existe em parte nenhuma do mundo Ocidental.* Acrescenta ainda que o partido Chega votou contra esta proposta, tal como o deputado Capoulas Santos e que o PSD se absteve. A referida Lei entrou em vigor no passado dia 26 de agosto e as eleições para a Casa do Douro são no próximo dia 19 de dezembro.

Conclui, deixando uma nota de lamento pelo facto *de voltamos ao tempo do Estado Novo, onde para ser viticultor numa Região Demarcada tenho de estar inscrito numa entidade e pagar quotas, obrigatoriamente a essa entidade, não posso escolher a entidade para me representar.* Na sua opinião trata-se *de uma situação inconstitucional*, tal como referido no parecer do Professor Vital Moreira.

Após mais algumas considerações dos Conselheiros sobre esta temática, ficou decidido o seguinte:

Deliberação:

- i) O Conselho deliberou, por unanimidade, fazer uma nova tomada de posição, pedindo uma resposta da tomada de posição anterior;
- ii) Solicitar uma reunião, por Videoconferência, à Comissão de Agricultura da Assembleia da República.

A **Sr.ª Presidente** passou para o assunto seguinte, informando que quanto à deliberação sobre os procedimentos para a qualificação/certificação dos produtos requeijão, couve, morango e cereja, a Equipa Multidisciplinar preparou um Plano de Ação com o Cronograma de Atividades, que será enviado a todos os conselheiros, depois de partilhado com os parceiros a envolver e de sofrer alguns ajustes.

No que se refere às questões das feiras de produtos locais e Mercado Municipal, está em preparação um Manual de Boas Práticas sobre as regras de exposição e venda e que ficará concluído até à próxima reunião deste Conselho.

Sobre a Deliberação para realizar ações de formação/sensibilização junto dos operadores de restauração, hotelaria e lojas de venda de produtos regionais, em parceria com a ACIM, cumpre informar que se prevê serem realizadas durante o mês de outubro, iniciando pelo tema do azeite, com o apoio da APPITAD, em função da disponibilidade.

Por último, quanto às notificações aos Membros do Conselho em incumprimento, a **Sr.ª Presidente** informou que será feito um contacto prévio para averiguar os motivos desse incumprimento e só posteriormente serão notificados, caso não compareçam na próxima Reunião Ordinária do Conselho.

A **Sr.ª Presidente** passou ao **Ponto 4 – Período da Ordem do Dia, no Ponto 4.1 – Doença Hemorrágica Epizootica**, sendo feita uma breve apresentação e esclarecimentos, pela Médica Veterinária Municipal, **Dr.ª Liliana Pinto**.

A Conselheira **Liliana Pinto**, representante do Serviço Municipal de Veterinária, começou a apresentação por definir a Doença Hemorrágica Epizootica (DHE) e a forma de transmissão. Foram ainda abordados os sinais Clínicos da Doença, as áreas afetadas, as medidas aplicáveis e os requisitos para a vacinação. Refere que se trata de uma doença de declaração obrigatória e que não é transmissível ao ser humano.

Liliana Pinto informou que o primeiro caso da doença registado em Trás-os-Montes foi no concelho de Vinhais, a 17 de julho de 2024, não havendo ainda nenhum registo no concelho de Mirandela.

Francisco Pavão, informou que o concelho de Vinhais comunicou todos os casos à DGAV – Direção-Geral de Alimentação e Veterinária e que os *casos não chegaram a Lisboa.*

Emanuel Batista, representante da AOTAD – Associação dos Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro e da ACRIGA – Associação dos Criadores de Gado, descreve a burocracia no contacto com a DGAV e a dificuldade de acesso às vacinas contra esta doença, comparando com a situação de Espanha, onde as vacinas estavam *disponíveis no final do mês de março*.

Após várias considerações e debate sobre esta temática, a **Sr.ª Presidente** informa que terá de se ausentar da Reunião do Conselho, por motivos profissionais, delegando no Secretário da Mesa, **Francisco Pavão**, a continuidade dos trabalhos.

Antes de se ausentar, a **Sr.ª Presidente** deixa ainda as seguintes notas:

Informa que já está concluído o **Estudo da Valorização do Potencial Hidroagrícola das Terras de Trás-os-Montes**, um documento muito importante para o concelho de Mirandela, no que respeita ao regadio. Faz referência à área abrangida na classificação multicritério por zona homogénea, onde o Aproveitamento Hidroagrícola (AH) de Torre de Dona Chama, que abrange os concelhos de Mirandela e Macedo Cavaleiros, foi abrangido por uma área de rega de 4131 ha, o AH de Aguiéiras, que abrange os concelhos de Mirandela e Vinhais, beneficiará de uma área de rega de 2384 ha, o AH de Mirandela (Lilela), no concelho de Mirandela, com área de rega de 141 ha, AH de Eixes, concelho de Mirandela, com uma área de rega de 405 ha e o AH de Navalho, concelho de Mirandela, com uma área de rega de 275 ha

Refere ainda que este documento será enviado a todos os conselheiros, logo que seja disponibilizado em formato PDF.

Avança rapidamente para o **Ponto 4.4 – Regadio Coletivo Tradicional de Contins**, (uma vez que o ponto 4.3 – **Compostagem e outras formas de valorização de biorresíduos resultantes da atividade agrícola**, foi debatido no período antes da ordem do dia) onde dá conta que foi concluída a empreitada da 2.ª fase da obra – Captação, elevação e pressurização, encontrando-se agora na fase de testes dos hidrantes e de decisões quanto ao melhor modelo de gestão a adotar.

Trata-se de uma iniciativa da Câmara Municipal em parceria com a Junta de Agricultores de Contins, entidade que irá ter um papel ativo no processo de administração, exploração e conservação deste Regadio Coletivo Tradicional.

A título informativo, refere que se trata de uma obra financiada pelo Programa PDR 2020, com um custo elegível de 538.584,93€, um apoio financeiro da União Europeia de 425.482,10€ e com um apoio Público Nacional de 113.102,83€. Dá nota ainda de outros rácios do projeto, com valores aproximados, nomeadamente o número de bocas de rega, cerca de 76,42 ha de 45 beneficiários; 11968,55 €/ha; 12823,45 €/beneficiário e 131,30 €/metro linear de rede de rega.

Convida os Conselheiros para duas iniciativas que vão decorrer em Mirandela, já no dia de amanhã, 17 de setembro, às 16:00H, na Ecoteca. O evento TASTE IN DOURO, em parceria com o IVDP – Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto e a inauguração da exposição “Fui às Vindimas” de Rita Costa.

Informa ainda do XXXII Concurso Nacional da Cabra Serrana, que se irá realizar no próximo dia 12 de outubro (sábado), no recinto da Reginorde.

Francisco Pavão, tomou a palavra lamentando que o primeiro “TASTE” não seja de produtos da Região, sugerindo a sua promoção numa próxima edição.

Aproveita ainda para solicitar que a DGAV seja questionada sobre a *Xylella fastidiosa*, uma vez que já existem dois focos no concelho, e num raio de 5km não pode haver atividade agrícola. Pretende saber o ponto de situação, que tipo de monitorização está a ser feita, se existem mais focos detetados e quando será libertada esta zona também. Sugere ainda que a Câmara Municipal ou as Juntas de Freguesia regulem a venda de plantas hospedeiras nas feiras, pois é uma prática *altamente proibida*.

A **Sr.ª Presidente** propõe questionar a DGAV sobre a **Doença Hemorrágica Epizootica** e a *Xylella fastidiosa*.

Liliana Pinto, propõe questionar a DGAV sobre atraso nas vacinas relativamente à **Doença Hemorrágica Epizootica** e nas explorações onde sejam detetados casos suspeitos ou casos positivos, *qual a possibilidade de enterrar os cadáveres em vez de andarem nas transportadoras a espalhar o inseto*.

Depois de mais algumas considerações sobre **Doença Hemorrágica Epizootica**, ficou decidido o seguinte:

Deliberação:

- i) O Conselho deliberou, por unanimidade, questionar a DGAV sobre o atraso na disponibilização das vacinas para a **Doença Hemorrágica Epizootica** e sobre o ponto de situação da atividade da *Xylella fastidiosa* no concelho.

Procedeu-se à continuidade dos trabalhos, após ausência anunciada da **Sr.ª Presidente**, presidido pelo Secretário da Mesa, **Francisco Pavão**, tendo sido retomado o tema do **Estudo da Valorização do Potencial Hidroagrícola das Terras de Trás-**

12
A
H

os-Montes, sobre o qual o Conselheiro **Carlos Carvalho** questionou se o documento será tornado público ou se é para uso interno da Comunidade Intermunicipal e se a classificação multicritério é vinculativa.

Agostinho Beça, esclarece que o documento *chegou no dia de hoje*, e ainda vai ser analisado. Este documento *não é um projeto para fazer os Regadios*, mas sim *uma caracterização onde estão compilados vários elementos*, que poderão servir de base no caso de se avançar para um projeto dessa natureza.

O Conselheiro **Bruno Ricardo** pediu a palavra para questionar *qual o ponto de situação relativamente à vespa velutina no concelho de Mirandela e qual o ponto de situação relativamente aos apoios à atividade pecuária*.

Maria Gouveia tomou a palavra para esclarecer a questão da vespa velutina, informando que existem duas situações a assinalar. Uma diz respeito à captura das vespas velutinas através das armadilhas distribuídas pelo concelho e a respetiva monitorização de quinze em quinze dias. Neste contexto, foram capturadas, *desde o dia 9 de março, 1326 vespas velutinas, das quais 500 foram capturadas no período considerado haver fundadores, de março a junho. Uma média de 174 vespas velutina capturadas por mês.*

Relativamente à destruição dos ninhos, *foram inoculados 77 com biocida e retirados do ambiente.*

Francisco Pavão, questiona sobre a distribuição desses dados pelo mundo rural e urbano.

Maria Gouveia, não tendo de momento disponíveis esses dados, informa que os fará chegar aos conselheiros via email.

Emanuel Batista questiona *quantas vespas compõem o ninho*.

Maria Gouveia esclarece que essa situação depende da dimensão do ninho.

Bruno Ricardo questiona *quantas armadilhas estão instaladas e dos 77 ninhos destruídos, quantos são primários e secundários*.

Maria Gouveia esclarece que de momento não tem presente com exatidão esses números, mas as armadilhas são cerca de 36, referindo que pode enviar esses dados por email.

Depois de mais algumas considerações sobre esta matéria, com esclarecimentos de **Maria Gouveia** e de **Cidália Pinto**, do Gabinete Técnico Florestal (GTF) do Município de Mirandela, **Liliana Pinto** esclarece o conselheiro **Bruno Ricardo** acerca dos apoios à Pecuária referindo que as listagens estão prontas para aprovação em reunião de Câmara, informando o Conselho na próxima Reunião.

Agostinho Beça, informa que irá propor ao Executivo *um eventual apoio direto à apicultura* a incluir no orçamento de 2025.

Bruno Ricardo regista com agrado a proposta e prontifica-se a ajudar no que for necessário.

António Neves faz referência ao **Ponto 4.2 – Proposta para organização de mercados de produtos biológicos**, da Ordem do Dia uma vez que não foi abordado pela **Sr.ª Presidente**.

Agostinho Beça, esclarece que nesse ponto estão propostas duas visitas a eventos relacionados com essa temática, um em Zamora, a vigésima edição da Feira ECOCULTURA, nos dias 11 e 12 de outubro, e o outro evento no dia 23 de setembro – o Dia Europeu da Agricultura Biológica, que terá lugar em Alfândega da Fé.

António Neves, reitera a sua opinião sobre esta matéria dizendo que *não se justifica fazer uma feira só com os produtos biológicos*, pelo número reduzido de produtores, podendo admitir, por exemplo produtos DOP ou IGP.

Agostinho Beça, refere que ainda estava em aberto admitir a participação de produtores biológicos provenientes de outros concelhos.

António Neves, questiona os Conselheiros sobre o interesse da realização desta Feira em Mirandela, não se vislumbrando grande veemência pelo número reduzido de produtores biológicos do concelho.

Francisco Pavão, acrescenta que chamarmos “*produtos qualificados*” abrange os produtos DOP e IGP.

Cristina Passas sugere duas ideias, uma que na próxima Feira da Alheira em Mirandela seja disponibilizada *uma secção dedicada somente aos produtos DOP, IGP e Biológicos, para perceber a adesão dos produtores, como se fosse uma “ação piloto”*. A outra ideia seria *ter uma ementa na Restauração só com produtos IGP, DOP e Biológicos*.

Bruno Ricardo partilha o evento que aconteceu no anterior fim de semana em Miranda do Douro, *um Meeting que incluía 3 carnes de denominações protegidas: o cabrito, o Canhão Mirandês e a vaca Mirandesa*.

Francisco Pavão, faz referência ao comentário de **Cristina Passas**, dizendo que *na Feira da Alheira em Mirandela comercializa-se tudo menos aquilo que muitas vezes é da Região*. Esta Feira, na sua opinião, deveria promover mais a

exclusividade dos produtos da Região. Defende que todos os produtos comercializados deveriam ser DOP, IGP ou Biológicos, independentemente da origem do Concelho.

António Neves, partilha um evento ocorrido em Zamora, a *Fromago*, uma Feira de rua só de Queijos, onde o Município gasta um milhão de euros na sua organização.

Por último, o conselheiro **Carlos Carvalho**, questiona sobre o ponto de situação da atividade do Bupi, aceitando que possa ser encaminhado via email. Sugere ainda que o último *Conselho Municipal de Agricultura*, já para o ano, seja realizado no *Fundão*, pois seria o último do mandato.

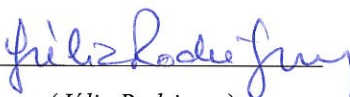
Francisco Pavão, refere que essa sugestão será tida em conta.

O Sr. Secretário finalizou a reunião, agradecendo a presença e a participação de todos.

E não havendo mais nada a tratar, pelas 17 horas, deu-se por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, aprovada em minuta, por unanimidade, que vai ser assinada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal e pelos Secretários.

Mirandela, 16 de setembro de 2024

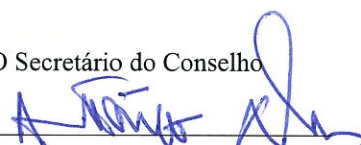
A Presidente da Câmara Municipal,


(Júlia Rodrigues)

O Secretário do Conselho


(Francisco Pavão)

O Secretário do Conselho


(António Neves)